



Raizza da Costa Lopes¹, Samuel Lopes Pinheiro² e Gianpaolo Knoller Adomilli³

Resenha da Obra: BACCHETTA, Víctor L. **Aratirí y otras aventuras: las soberanías cuestionadas.** Montevideo-Uruguay:Doble Clic, 286p. 2015.

O livro “Aratirí y otras aventuras: las soberanías cuestionadas” de autoria de Víctor Bacchetta⁴ apresenta uma abordagem crítica em relação à tentativa de implantação de um projeto minerário na região costeira uruguaia (projeto Aratirí), destacando os riscos ambientais do projeto, os interesses que movem este empreendimento e a mobilização social em oposição á sua efetivação⁵.

O Uruguai possui reservas de ferro em regiões como Valentines e Zapucay, o que é interessante ao mercado de metais que vem sendo pautado pelo forte crescimento das economias asiáticas, nos últimos anos. O país passa a ser alvo de interesses no setor minerário, através empresa Zamin Ferrous, que propõe a implantação do Projeto Aratirí para exploração de ferro.

¹ Mestranda em Educação Ambiental no Programa de Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG). Bolsista CAPES/DS.

² Mestrando em Educação Ambiental no Programa de Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG). Bolsista CAPES/DS.

³ Doutor em Antropologia (UFRGS). Docente da Universidade Federal do Rio Grande e do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

⁴ Víctor Bacchetta nasceu em Montevideu nos ano de 1943, é jornalista e participou de lutas estudantis, além de ter integrado o Secretariado de La Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU). O jornalista também foi membro fundador do Movimiento de Acción Popular Uruguayo (MAPU) e dos Grupos de Acción Unificadora (GAU). Em 1974 Bacchetta foi exilado na Argentina, onde trabalhou em jornais e revistas. Em 1992 o jornalista regressou ao Uruguai e foi editor de inúmeras revistas, como a Revista del Sur. Desde os anos 2000 se dedica a temas como meio ambiente e desenvolvimento.

⁵ O livro está dividido em 8 capítulos, os quais tratam do projeto de extração de ferro; o projeto de extração de gás; o porto de águas profundas; adaptações normativas; a mobilização social; autonomias departamentais; o governo e a mineradora; conclusões e perspectivas. Por último, os anexos. Esta resenha se limita a introdução e aos capítulos 1 e, 5 e 8 deste livro.

No primeiro capítulo Bacchetta discorre sobre o começo dos trabalhos exploratórios realizados pela Aratirí desde 2007. Segundo o autor, até 2011 as informações sobre o projeto eram praticamente inexistentes, resumindo-se às explicações de técnicos da Aratirí, estas voltadas à se antecipar de possíveis controvérsias ambientais, dentro da estratégia de “harmonia ambiental”, no intuito de “tranquilizar” os moradores dos locais de operação do empreendimento. Pedidos de informações sobre o empreendimento por parte dos moradores locais se utilizando da lei 18.381 de acesso a informação pública foram muitas vezes negados até que a justiça intimou os responsáveis a fornecer informações, porém, alguns órgãos desconheciam as decisões judiciais. A primeira tentativa de instalação da Aratirí disponibilizou o acesso ao Estudo de Impacto Ambiental, o que possibilitou diversas críticas ao projeto que acabou sendo recusado.

Neste sentido, algumas das estratégias para aprovação do empreendimento, tomadas junto à consultoria, foram de informar somente o necessário as pessoas que necessitavam saber, ao invés de fazer comunicações massivas que poderiam ser mal interpretadas por outros grupos. Outra estratégia foi de não envolver-se em discussões com os grupos opositores ao projeto, a fim de evitar o aumento da visibilidade e transformação de críticas, muitas vezes infundadas, em uma batalha entre a empresa estrangeira e os uruguaios. Outra recomendação era de que a empresa deixasse que as autoridades públicas fizessem seu papel, vendendo o projeto, pois as autoridades têm legitimidade para isto.

A proposta de exploração de ferro a céu aberto e em grande escala, em um país caracterizado por uma economia agropastoril, onde os impactos socioambientais da atividade minerária seriam de grande proporção, impulsionou a formação de uma mobilização social. O movimento social de protestos ao projeto minerário foi considerado sem precedentes, devido a sua heterogeneidade e amplitude. O movimento reverberou no cenário local e nacional, iniciando no dia 26 de março de 2010 com produtores e vizinhos das localidades de Cerro Chato e Valentines, chamando a atenção para as gravíssimas consequências da atividade minerária a céu aberto. Na medida em que os conflitos foram crescendo, outros povoados de balneários da costa de Rocha foram se somando, por sentirem-se ameaçados na continuidade de suas atividades envolvendo o turismo, as praias e propriedades imobiliárias em relação ao mineroduto e ao porto de águas profundas.

Em 2011, produtores rurais da zona afetada, moradores da costa de Rocha, organizações sociais e cidadãos de outras localidades, uniram-se aos estudantes e outros profissionais e criaram o *Movimento por um Uruguay Sustentable* (Movus⁶). O Movus tinha como intenção se informar e advertir a opinião pública sobre os impactos do projeto Aratirí. Informações oficiais revelaram que o Projeto era um saqueio de recursos com graves impactos sociais e ambientais. Em maio do mesmo ano foi realizada a primeira Marcha Nacional em Defesa da Terra e dos Bens Naturais, em Montevideú. Em outubro foi realizada a segunda edição da Marcha, incorporando novos grupos de produtores e vizinhos.

Além das Marchas, o Movus entregou a presidência 10 perguntas feitas pela sociedade civil que, reclamavam uma definição acerca do conceito de Uruguay Natural e a consulta a população sobre quais seriam os benefícios econômicos, impositivos e laborais da mineradora, assim como os efeitos sobre o turismo, as terras, os recursos hídricos e a costa oceânica. As perguntas não tiveram respostas. No fim do ano, já em dezembro, outra marcha organizada por produtores e moradores de Treinta y Tres foi organizada para manifestar total rechaço ao Projeto minerário.

A mobilização social contra a Aratirí apresentava uma oposição ampla, com uma multiplicidade de atividades de difusão de informações, denúncia e discussão pública, através de conversas, mesas redondas, comunicados e conferências de imprensa. Em 2012, o Movus lançou campanhas focadas nos balneários para informar sobre os possíveis impactos ambientais das minas, do mineroduto e do porto de águas profundas. A terceira marcha ocorreu, outras ações foram realizadas pelo Movus, que tinha como objetivo o impedimento do projeto minerário nas terras uruguaias. As mobilizações pelo país seguiram ganhando força e em 2013 um grupo organizado de La Paloma (Unión de Vecinos de La Paloma-UVLP) organizou uma nova campanha denunciando a imposição governamental de um porto madeireiro em Fray Bentos.

O plano local Los Cabos havia sido apresentado a intendência de Rocha no final de 2012, onde se incluía o porto para Aratirí, mesmo sem que o projeto estivesse autorizado. As manifestações marcaram inclusive o tradicional carnaval de La Pedrera. O desfile contou com um cortejo fúnebre de um caixão do Uruguay Natural junto com

⁶ Ver: <http://movusuruguay.org/>

cartazes contra a mineração e o porto de águas profundas. Assim como este protesto, muitos outros ocorreram, somente Marchas foram realizadas sete, sem contar outras formas de manifestação.

Em síntese, a mobilização social gerada em relação ao projeto minerário Aratirí se caracterizou pela heterogeneidade dos grupos que se organizaram e atuaram em várias frentes com o objetivo de resistir às imposições do empreendimento. Chama a atenção o fato de que, embora estes grupos possuam diferenças internas, a união por um objetivo comum, permitiu que outra forma de participação se constituísse, para além do voto eleitoral. A resistência e o enfrentamento ao projeto, nas suas mais diferentes formas, permitiram que ações localizadas se espraiassem tornando-se um movimento nacional sem precedentes.

Para concluir, é possível dizer que a tentativa de instalação de um projeto minerário no Uruguai reflete uma conjuntura mundial e excepcional do mercado de metais. Neste sentido, cabe destacar o papel exercido pelo governo nacional que, desconsidera o caráter especulativo do projeto e as possíveis conseqüências para o país. A mineração de metais a céu aberto não é uma atividade apropriada para impulsionar a diversificação da matriz produtiva do Uruguai, nem a curto nem a longo prazo, dadas condições que constituem de forma privilegiada as terras férteis e as águas superficiais e subterrâneas.

Não está em questão apenas o papel dos governos, mas a forma como se constrói o caminho do futuro país. É necessário decidir sobre governar para adequar o país as regras de globalização econômica, desconsiderando a soberania nacional, popular e departamental. Ou, se governará para impulsionar que os cidadãos e grupos sejam ativos na tomada de decisões, preconizando uma forma de desenvolvimento que considere a saúde dos ecossistemas e dos grupos que os constituem. Esta decisão não cabe somente aos governos, mas é, também, um resultado da cidadania exercida pelos grupos, onde se faça ouvir e incidir sobre as decisões, como parece ter sido feito pela mobilização social descrita neste livro⁷.

⁷ Para saber mais sobre a atual situação do empreendimento minerário acesse: <http://www.observatorio-minero-del-uruguay.com/2016/03/cancelado-proyecto-aratiri/>

A pertinência deste trabalho ao campo da Educação Ambiental evidencia-se em detalhar os meandros presentes nas disputas pelo uso e significação dos territórios, bem como dos grupos que o constituem e nele se reconhecem. Neste sentido, leituras como esta, podem representar um aporte para pensarmos a partir da experiência vivida no Uruguai, casos que se apresentam no contexto brasileiro, como a tentativa de instalação de uma mineradora através do Projeto Retiro no município de São José do Norte – RS e tantos outros.

As mobilizações sociais oferecem uma importante contribuição para a Educação Ambiental que visa o sentido de descolonização dos pensamentos e de suas práticas, uma vez que manifestam as compreensões e as reivindicações dos grupos envolvidos nas problemáticas que estão em pauta. Apresenta-se aqui uma forma de se fazer e pensar práticas a partir dos grupos e comunidades que, frequentemente, são invisibilizados pelos grandes empreendimentos e pelo Estado.

Para concluir, “Aratirí y otras aventuras: las Soberanias cuestionadas” oferece uma possibilidade de pensar a Educação Ambiental que não se limita a práticas de mitigação de impactos causados por grandes empreendimentos ou atitudes individuais de cuidado para com o meio ambiente. Mas que se constitua a partir da resistência de grupos que decidam sobre seu presente e o futuro, assim como, dos usos e significações dos territórios onde vivem.